

O Livro I de *O Capital*: O livro do tempo roubado

Ana Selva Albinati¹

Resumo: Compartilhando a compreensão de Daniel Bensaid, de que “a categoria do tempo está no âmago da crítica da economia política”, e que o livro I de *O Capital* trata do tempo roubado nos porões da produção, nosso intento é trabalhar as passagens ali presentes no sentido de uma reflexão sobre a sociabilidade moderna edificada sobre esse “roubo” do tempo.

Diferentemente de uma crítica moral, Marx compreende tal fato como um imperativo do capital que força a produção de excedente, e o faz a partir da regulamentação jurídica da mercantilização da força de trabalho. Em outras palavras, como “um roubo legitimado”. Quanto a esse aspecto, retomaremos algumas questões trabalhadas pelo autor que se referem aos impactos dessa mercantilização sobre a constituição dos indivíduos e sobre a compreensão do tempo mesmo.

Palavras-chave: teoria do valor, tempo, ser social.

The Capital I: the book of the stolen time

Abstract: Sharing the Daniel Bensaid's understanding, that "the category of time is in the core of the criticism regarding political economics", and that the Capital, Volume 1 addresses the time stolen at the basements of production, our goal is to discuss the extracts there present in the sense of reflecting about the modern sociability built around this "theft" of time.

Differently from a merely moral criticism, Marx understands this fact as a capital's imperative enforcing the production of surplus, and he does so based on the judicial regulation of the commodification of the workforce, turning it into "a legitimized theft". We bring back some questions discussed by the author that refer to the impacts of this commodification on the individuals' constitution and on the comprehension of time itself.

Keywords: value theory; time; social being.

¹ Professora do departamento de filosofia da Pucminas

O Livro I de *O Capital*: O livro do tempo roubado

Tomamos como ponto de partida para nossa reflexão a afirmação de Marx de que “o tempo é o terreno do desenvolvimento humano”². Coerente com essa compreensão, o autor mantém como elemento central, na sua crítica à sociabilidade do capital, a relação entre o atendimento às necessidades humanas e o tempo. O que pretendemos nesse trabalho é elencar alguns aspectos derivados das considerações de Marx acerca dessa relação.

Ao dizer do tempo como terreno do desenvolvimento humano, o autor visava imediatamente a extensão do tempo envolvido no trabalho, que roubava o tempo livre para o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos. No extremo, “um homem que só trabalha não é mais do que uma besta de carga”³.

Tal crítica só poderia ser sustentada pela compreensão de que o desenvolvimento das forças produtivas, atingido no modo de produção capitalista, já havia alcançado um patamar no qual o tempo necessário para a reprodução das condições socialmente necessárias à vida humana se reduzia, de tal forma a abrir possibilidades de uma maior disposição do tempo à serviço das novas necessidades humanas.

Em sua formulação inicial, nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, a relação entre tempo e necessidades humanas aparece na forma de crítica ao capitalismo que não soube transformar as necessidades do homem em necessidades humanas. Isso traduz a compreensão de Marx acerca do desenvolvimento humano, como um processo infinito de autoconstrução, no qual necessidades elementares, uma vez atendidas, levam a novas necessidades, verdadeiramente humanas, de relação com o mundo.

No centro desse processo, o tempo é uma dimensão fundamental, tanto em seu sentido quantitativo, quanto no seu sentido qualitativo.

Destacamos aqui a relação que se depreende dos textos de Marx entre a utilização do tempo, portanto, do ponto de vista quantitativo, a relação entre tempo de trabalho e tempo livre; mas também do ponto de vista qualitativo, qual seja, a significação do tempo no trabalho e em outras atividades, na medida em que, se o tempo é o terreno do desenvolvimento humano, tal desenvolvimento é afetado por uma certa qualidade do tempo.

² MARX, 2003, p.69.

³ MARX, 2003, p.69.

Nesse sentido, interessa-nos desenvolver, a partir de Marx, um estudo sobre a implicação entre o quantitativo e o qualitativo no que se refere ao tempo, de forma a demonstrar como essa questão do tempo está vinculado ao ser social, impactando a vida cotidiana dos indivíduos.

É muito conhecida a proposição dos *Grundrisse* na qual o autor acena para o fato de que “economia é economia de tempo”, vinculando assim de forma ontológica o desenvolvimento humano e o desenvolvimento econômico-social.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, desenvolve-se a tendência ao decréscimo do tempo socialmente necessário para a produção. A questão está em que isso não se reverte imediatamente em tempo disponível para a sociedade e para os indivíduos.

Marx desenvolve sua reflexão identificando a contradição fundamental do modo de produção capitalista, qual seja, a tendência ao decréscimo do tempo socialmente necessário para a produção, e, portanto, do valor, sem, no entanto, ultrapassar a condição de uma ampliação do capital baseada no tempo de trabalho.

Isso coloca em foco o capital como uma contradição viva que precisa se reproduzir como tal quando já se colocam possibilidades historicamente novas em relação à existência social.

O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Por essa razão, ele diminui o tempo de trabalho na forma do trabalho necessário para aumentá-lo na forma do supérfluo; por isso, põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição – ‘questão de vida e morte’- do necessário. Por um lado, portanto, ele traz à vida todas as forças da ciência e da natureza, bem como da combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado, ele quer medir essas gigantescas forças sociais assim criadas pelo tempo de trabalho e encerrá-las nos limites requeridos para conservar o valor já criado como valor.⁴

O valor, ligado ao tempo de trabalho humano imediato (tempo de trabalho socialmente necessário) é um entrave para o aumento da produtividade que induz.

Essa passagem dos *Grundrisse* é objeto de polêmica entre os leitores de Marx, que a interpretam de formas distintas quanto ao seu significado e quanto à sua própria pertinência no conjunto da obra do autor.

⁴ MARX, 2011, p. 588.

Em relação a esse ponto, destacamos a posição de Bidet que afirma que Marx não volta à ideia de que toda economia é economia de tempo em *O Capital*, bem como afirma que a visão de Marx em relação ao desenvolvimento tecnológico como condição para a superação do capitalismo não tem a mesma força em *O Capital* como tem nos *Grundrisse*.

Nas suas grandes linhas, essa exposição anuncia a problemática da mais-valia relativa exposta em *O Capital*. Mas ela sublinha a sua dimensão de alienação e de contradição de uma forma sugestiva, que não se encontrará posteriormente. Trata-se de um texto fulgurante, no qual se cruzam diversas perspectivas. Ele comporta, no entanto, na sua forma concentrada e incisiva, a desse genial rascunho que os *Grundrisse* constituem (um manuscrito que seu autor nunca pensou em editar), várias formulações inadequadas em relação à teorização a que chega em *O Capital*.⁵

Diferentemente dessa afirmação, acompanhamos Borges Neto quando observa que no livro III, ao tratar da lei da tendência decrescente da taxa de lucro, Marx se alinha à perspectiva exposta nos *Grundrisse* do papel do crescimento das forças produtivas que entra em contradição com a produção do valor:

“Nos dois casos, o que está em questão é o desenvolvimento contraditório entre a capacidade humana de produzir *valores de uso* (que é crescente) e a capacidade de produzir *valor* (que não cresce a partir do progresso técnico)”, com o que “o valor se torna cada vez mais incapaz de ser a medida dos *valores de uso*.”⁶

Como observa o autor, ambas as passagens são desdobramentos da lei do valor.

A queda da taxa de lucro quando aumenta a força produtiva pode ser legitimamente considerada como um exemplo do descompasso entre a abundância da produção de valores de uso e sua medida como valor – ou seja, como um caso especial do problema tratado no texto dos *Grundrisse*.⁷

O que nos parece diferenciar entre os dois textos, é o exame que Marx dedica às contra-tendências postas em marcha pelo capital em resposta a essa queda da taxa de lucro, o que torna compreensível a longevidade do sistema, a despeito de sua contradição essencial. O que, aliás, caracteriza a análise marxiana, que busca examinar tendências gerais e movimentos específicos que se cruzam em uma dada totalidade.

⁵ BIDET, 2015, p. 36-7

⁶ BORGES NETO, 2010, p.171

⁷ BORGES NETO, 2010, p.171

Assim, se alguns autores tomam essa passagem dos *Grundrisse*, de forma a sustentar a tese de uma crise terminal do capitalismo, ou no sentido de compreendê-la como condição objetiva que possa dar passagem a uma sociedade emancipada, outros a relacionam com o momento atual de aprofundamento dos caracteres mais nefastos do sistema em função de sua reprodução em meio à crise do valor.

De toda forma, a despeito das diferentes interpretações, há um desenvolvimento dessa questão explicitada nos *Grundrisse* em *O Capital*.

Quando o tempo deixa de ser a medida do valor, isso aponta para um momento histórico em que a capacidade produtiva da sociedade dispensaria tal medida, substituindo-a pela força da ciência que se integra na esfera produtiva na forma da tecnologia, tanto no que se refere ao melhoramento dos meios de produção quanto na forma organizativa do processo de trabalho.

Há assim, no desenvolvimento capitalista, a tendência de substituição de trabalho vivo por trabalho morto. No entanto, a contradição está em que o capital precisa da exploração do trabalho para a produção da mais-valia. Ou seja, tal fenômeno não leva automaticamente à emancipação do trabalho, mas ao contrário, tomando o intelecto geral como produto do capital, desenvolve estratégias contrárias à tendência de queda da taxa de lucro, que submetem ainda mais o trabalho ao capital.

Mas é no livro I que a relação entre ser social e tempo, desenvolvida pelo autor, nos oferece mais elementos para o que nos interessa, qual seja, a compreensão da sociabilidade moderna e da constituição da subjetividade moderna. Em outras palavras, a análise que Marx realiza acerca do ser social em sua relação com o significado objetivo do tempo qualifica esse ser e qualifica esse tempo, retirando-os do mistério e da mistificação. De tal forma que somos levados a concordar com Bensaid quando este afirma: “Toda economia é economia de tempo. A categoria do tempo está no âmago da crítica da economia política.”⁸

Ao definir a economia como economia de tempo, Marx nos indica a relação ineliminável entre a forma da produção da vida material e a produção da vida humana, das relações sociais e das subjetividades, na medida em que reconhece o tempo como a matéria da formação humana, que, necessariamente, em qualquer formação social, tem que se dividir entre atividades relacionadas ao reino da necessidade e atividades próprias do “reino da liberdade”. A interseção desses dois tempos é por ele esclarecida

⁸ BENSAID, 1999, p. 118.

em seus meandros no modo de produção capitalista: um homem que só trabalha não é mais do que uma besta de carga e, sendo o fim da produção capitalista a produção da mais-valia, o tempo de sobretrabalho se coloca como imperativo e nos subtrai o tempo de ser, reduzindo o indivíduo a trabalhador.

A voracidade de tal usurpação do tempo é colocada por ele nos seguintes termos:

Que é uma jornada de trabalho? Quão longo é o tempo durante o qual o capital pode consumir a força de trabalho cujo valor diário ele paga? Por quanto tempo a jornada de trabalho pode ser prolongada além do tempo de trabalho necessário à reprodução da própria força de trabalho? A essas questões, como vimos, o capital responde: a jornada de trabalho contém 24 horas inteiras, deduzidas as poucas horas de repouso sem as quais a força de trabalho ficaria absolutamente incapacitada de realizar novamente seu serviço. Desde já, é evidente que o trabalhador, durante toda sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do capital.⁹

Em fins do século XIX e ao longo do século XX – quando da subsunção, não apenas formal, mas também real do trabalho ao capital, quando se tem não apenas o sequestro do tempo do trabalhador, mas ainda a transformação do tempo de trabalho em tempo de indiferença e hostilidade às potencialidades subjetivas – tem-se que ao caráter quantitativo da extorsão de tempo, se soma uma extorsão qualitativa do tempo, no sentido de que este se torna um tempo indiferente. Se o ser social está vinculado objetivamente a uma certa significação do tempo, a consideração do tempo como terreno do desenvolvimento do ser humano se conjuga com a produção histórica do tempo na modernidade, abstraindo-o de sua significação viva, que o torna carcaça, matéria inerte, medida concreta do trabalho abstrato.

Nessa condição, observa Lukács:

O tempo perde o seu caráter qualitativo, mutável e fluido: ele se fixa num *continuum* delimitado com precisão, quantitativamente mensurável, pleno de “coisas” quantitativamente mensuráveis (os trabalhos realizados pelo trabalhador, reificados, mecanicamente objetivados, minuciosamente separados do conjunto da personalidade humana); torna-se um espaço.¹⁰

Ou seja, esse tempo que é tudo, não é mais tempo em sua significação originária. Na objetividade das relações de produção, o tempo se torna espaço, no dizer de Lukács,

⁹ MARX, 2013, p. 337.

¹⁰ LUKÁCS, 2003, p. 205

estático, inerte, repetitivo. A forma moderna da sociabilidade se instaura, subvertendo o tempo natural, adestrando-o a suas necessidades expansivas, rompendo assim ritmos naturais, acasos, diferenciações. O tempo, terreno do desenvolvimento humano, se torna matéria inerte, expressão numérica e esquelética da riqueza social.

Postone chama a esse tempo de “tempo abstrato”. Acompanhando a determinação de Marx acerca do trabalho abstrato, como categoria própria do capitalismo – trabalho indiferenciado, produtor de valor -, o tempo abstrato seria o tempo indiferenciado. Tempo indiferenciado como medida de um trabalho indiferenciado. Em suas palavras,

Chamarei de “concretos” os vários tipos de tempo que são funções de eventos: eles tomam por base e são compreendidos por meio de ciclos naturais e períodos da vida humana, e também tarefas particulares ou processos, por exemplo, o tempo necessário para cozinhar arroz ou rezar um pai-nosso. [...] O tempo concreto é caracterizado menos por sua direção do que pelo fato de ser uma variável dependente.¹¹

Diferentemente do tempo concreto,

Por outro lado, o “tempo abstrato”, termo com que me refiro ao tempo uniforme, contínuo, homogêneo, “vazio”, é independente dos eventos. O conceito de tempo abstrato, que se tornou cada vez mais dominante na Europa ocidental entre os séculos XIV e XVII, foi expresso de forma mais enfática na formulação de Newton de “tempo absoluto”, verdadeiro e matemático (que) flui de modo igual, sem relação a qualquer coisa externa. O tempo abstrato é uma variável independente, que constitui um quadro independente dentro do qual ocorrem movimentos, eventos e ações. Esse tempo é dividido em unidades iguais, constantes e não qualitativas.¹²

Essa produção histórica do tempo abstrato, vinculada às novas condições de produção material, é marcada pelo desenvolvimento do relógio na transição à modernidade, e ilustra a forma como se dá a passagem da compreensão do tempo associado aos eventos humano-sociais a um tempo não só indiferenciado, mas indiferenciador destes eventos. A esse respeito, é interessante a passagem de *O Capital* na qual Marx se refere às “discussões talmúdicas” acerca do início do período noturno, agora não mais definido como o tempo natural do sono, mas como o tempo de continuação da utilização da maquinaria. Nessa nova organização social do tempo, “o dispêndio de tempo é transformado de um resultado da atividade em uma medida

¹¹ POSTONE, 2014, p. 233.

¹² POSTONE, 2014, p. 234-5.

normativa para a atividade.”¹³ Essa é uma transformação radical na compreensão do tempo: o tempo não mais medido em função da atividade, mas a atividade medida em função do tempo. O que corresponde à passagem de uma produção do valor de uso à produção do valor. Nas sociedades pré-capitalistas o tempo é medido pelo trabalho, e na capitalista, o tempo mede o trabalho.

Essa transformação na consideração social do tempo permite com que o capitalismo atrole todas as funções naturais, como observa Marx:

Em sua voracidade de lobisomem por mais-trabalho, o capital transgride não apenas os limites morais da jornada de trabalho, mas também seus limites puramente físicos. Ele usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. Rouba o tempo requerido para o consumo de ar puro e de luz solar. Avança sobre o horário das refeições e os incorpora, sempre que possível, ao processo de produção, fazendo com que os trabalhadores, como meros meios de produção, sejam abastecidos de alimentos do mesmo modo como a caldeira é abastecida de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo. O sono saudável, necessário para a restauração, renovação e revigoramento da força vital, é reduzido pelo capital a não mais do que um mínimo de horas de torpor absolutamente imprescindíveis ao reavivamento de um organismo completamente exaurido. Não é a manutenção normal da força de trabalho que determina os limites da jornada de trabalho, mas, ao contrário, o maior dispêndio diário possível de força de trabalho, não importando quão insalubre, compulsório e doloroso ele possa ser, é que determina os limites do período de repouso do trabalhador.¹⁴

Esse é o aspecto que primeiramente se ressalta nessa relação entre tempo e ser social: o tempo como unidade de medida que submete o tempo em suas particularidades, termina por subverter o tempo natural. Além disso, essa desnaturação possibilita o atropelo das funções naturais em prol das necessidades do capital. Ao que se acresce, com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a possibilidade de diminuição do tempo de trabalho necessário e aumento do tempo de trabalho excedente, com uma maior usurpação de tempo excedente, produtor do mais-valor.

O que o capitalismo faz é aumentar este tempo excedente de trabalho da massa recorrendo aos meios da arte e da ciência, posto que sua riqueza consiste diretamente na apropriação do tempo excedente de trabalho, pois sua *finalidade direta é o valor*, e não o valor de uso.¹⁵

Através da diminuição do tempo necessário para a produção de valores de uso, o que se tem, ao invés da liberação de maior tempo livre, é a disponibilidade crescente do

¹³ POSTONE, 2014, p. 248

¹⁴ MARX, 2013, p. 237-8

¹⁵ MARX, 2013, p. 117.

mais-trabalho. A questão é que a possibilidade concreta de liberação do tempo, ou seja, de garantia de tempo livre se vê contradita pelo conceito de riqueza do capitalismo que se reduz a valor de troca. Não por acaso Marx inicia *O Capital* com a análise da mercadoria, como forma específica da riqueza no capitalismo. Isso nos remete à passagem dos aspectos implicados na mensuração do tempo aos aspectos implicados na transformação qualitativa do tempo.

Dá-se uma tripla abstração: a abstração do tempo, reduzido ao mensurável, abstraído de sua relação com os eventos; a abstração do homem que se reduz a trabalhador, a redução da atividade do trabalho à força de trabalho submetido ao tempo de produção de mais-valia. Tal relação é colocada por Marx nos seguintes termos:

Com a subordinação do homem à máquina, os homens acabam sendo apagados pelo trabalho, o pêndulo do relógio torna-se a medida exata da atividade relativa de dois operários, tal como a medida da velocidade de duas locomotivas. Sendo assim, não se pode dizer que uma hora (de trabalho) de um homem vale a mesma hora de outro, mas que, durante uma hora, um homem vale tanto quanto outro. O tempo é tudo, o homem não é mais nada; quando muito, é a personificação do tempo.¹⁶

Mas a questão se agrava se aliarmos a esse aspecto, o caráter alienado e alienante do trabalho que transforma o tempo de trabalho em tempo de desrealização do humano. “Tempo abstrato” e “trabalho abstrato” se mostram como dois aspectos da mesma extorsão, não só quantitativa, mas também qualitativa, da manifestação da vida (*Lebensäußerung*). Não se trata apenas da submissão de um tempo da vida humana a uma jornada e a condições de trabalho degradantes, para além do que haveria um outro espaço de vida, mas da imposição progressiva desse mesmo padrão de racionalidade aos demais âmbitos da vida humano-social.

Se o tempo é o terreno do desenvolvimento humano, a objetividade de um tempo sem distinções, que afirma cada vez mais esse caráter a partir da subsunção real do trabalho ao capital, produz um sociabilidade que necessita de uma adesão acrítica a essa forma de vida que dispõe o tempo como meio para a extração do mais-trabalho de forma imediata no processo produtivo, e como meio de sucção das forças essenciais humanas, conduzindo-as às atividades da distração e do ocupar-se da cotidianidade, para usar um palavreado heideggeriano que captura bem a característica da vida moderna.

¹⁶ MARX, 1985, p.57.

Trazer essa percepção de Heidegger nesse momento não se dá por acaso, mas para relevar como a constituição da subjetividade já está sendo pensada por Marx, a partir de uma outra perspectiva. Na realidade, o que se propõe investigar aqui é parte de uma pesquisa sobre dois caminhos que, a nosso ver, disputam a compreensão dos problemas fundamentais da contemporaneidade, relacionados à constituição das subjetividades no terreno contraditório da sociabilidade capitalista.

Em termos genéricos, trata-se das duas formas como a questão ôntico-ontológica foi colocada por Heidegger e por Marx. Dois autores que, de formas absolutamente distintas, repõem a necessidade de um retorno à ontologia (no caso de Marx, deve-se a Lukács o reconhecimento da natureza ontológica do pensamento marxiano), frente à predominância do idealismo epistemológico no pensamento moderno.

Em Heidegger, tem-se o reconhecimento do ôntico como sintoma do esquecimento do ser, esquecimento que se traduziria pela objetivação do ser em entes disponíveis, manipuláveis, processo que, iniciando-se com Platão e Aristóteles, teria culminado na forma de cientificidade moderna como finalização da filosofia, instaurando uma epocalidade da técnica. A questão é colocada pelo autor em termos de uma destinação do ser, donde a técnica se compreende como uma forma de estar no mundo que administra e objetiva a existência humana como um todo. Diante desse quadro, cabe ao homem, tão somente, se resguardar dessa temporalidade, reconhecendo uma dimensão ontológica que reordena um novo sentido para a vida humana e que não se esgota na determinação ôntica. O que faz com que o diagnóstico da modernidade no autor – “o obscurecimento do mundo, a fuga dos deuses, a destruição da terra, a massificação do homem, a suspeita odiosa contra tudo que é criador e livre”¹⁷, se desprenda de toda referência histórica, na medida em que essa história é a história dos entes, em prol de uma historialidade outra, originária e fundada no ser. Mas tal dimensão ontológica, pelo fato mesmo de se furtar à determinação conceitual, permanece mistério e resvala no misticismo. Assumindo uma perspectiva fenomenológica, para o autor, “mundo é sempre mundo *espiritual*”. E nessa concepção se desenvolve uma cisão entre mundo material e mundo espiritual, que recusa embrenhar-se pelo mundo dos entes, uma destituição desdenhosa desse mundo coisificado em prol de uma resposta subjetiva, alinhada sobre as possibilidades futuras radicalizadas na figura do ser-para-a-morte.

¹⁷ HEIDEGGER, 1999, p. 65.

Assim, em *Introdução à metafísica*, Heidegger se refere às características do mundo moderno:

A dimensão dominante tornou-se a da extensão e do número. Capacidade já não significa a potência e prodigalidade, advindas de uma alta superabundância e do domínio das forças, mas do exercício de uma rotina, suscetível de ser aprendida por todos e dependente sempre de certo suor e esforço. [...] Desde então, vigora o domínio da média do equivalente, que já não é algo sem importância e meramente vazio, mas a avalanche de uma força que, em seu ímpeto, destrói toda hierarquia e todo mundo espiritual e os faz passar por mentira.¹⁸

Mas compreende tal momento como uma destinação do ser, embutida em uma forma de desvelamento que se dirige, desde o início do pensamento ocidental, ao modo técnico, vale dizer, à “transformação do espírito em inteligência”, à perícia no cálculo e no engenho, uma compreensão técnico-prático que desaloja as demais formas de estar no mundo. É contra esse desvirtuamento do espírito que Heidegger supõe necessário retomar a questão do Ser, qual seja, investigar o ente em sua totalidade. Mas isso se dá pela compreensão do ontológico como da ordem do indeterminável. A apreensão fenomenológica realizada por Heidegger leva ao entendimento de uma cisão entre autêntico e inautêntico, e dessa forma distorce a compreensão ontológica, na medida em que dispõe os elementos constitutivos desse complexo em uma constelação arbitrária, que não identifica o momento predominante do ponto de vista de uma ontologia do ser social.

Uma resposta a esse reconhecimento fenomênico, vivencial, é a subjetivação do tempo, no intuito de encontrar uma temporalidade autêntica, não vinculada ao tempo vulgar da objetividade, que é o tempo da ocupação e da indiferença. Em Heidegger, o enfrentamento a tal situação se dá pelo afastamento da cotidianidade, com uma reação à usurpação do sentido do tempo enquanto devir.

Em Marx, trata-se de desentranhar esse fenômeno. Em Marx, ir do ôntico ao ontológico significa identificar os nexos categoriais que engendram o ôntico. Trata-se, assim, de encontrar as determinações essenciais de uma dada forma de sociabilidade, reconhecendo as suas especificidades. É a partir do tempo ôntico que ser e tempo são qualificados em Marx, no interior de uma ontologia do ser social que se caracteriza pela historicidade. Trata-se de compreender a gênese e a forma como esse tempo se converteu historicamente em espaço, em indistinção, em imobilidade, de forma a

¹⁸ HEIDEGGER, 1999, p. 72.

traduzir a “exteriorização da vida”, a sua essencialidade que se expressaria no tempo (*Lebensäußerung*), em estranhamento (*Entfremdung*). Marx, em *O Capital*, distingue o momento da alienação da força de trabalho (venda como valor de troca) e o momento de sua exteriorização (como valor de uso), mostrando a precedência da primeira sobre a segunda, o que compromete toda a atividade individual, na medida em que a descaracteriza, tirando-lhe o por teleológico, e tornando-a apenas uma peça de uma teleologia que lhe é estranha e antagônica, a do capital. O processo de subsunção real do trabalho ao capital aprofunda a indiferença em relação ao conteúdo particular da atividade e revoluciona o processo de trabalho, colocando o indivíduo como matéria para os meios de produção. Tem-se assim uma abstração do indivíduo (não a hora de um indivíduo, mas o indivíduo de uma hora), a partir da abstração do tempo como porção indistinta, meramente quantitativa, que se gesta a partir da generalização da produção do valor, como abstração do valor de uso. Nesse sentido é que tempo e ser social se enlaçam e se determinam na esfera da produção.

O capital não inventou o mais-trabalho. Onde quer que uma parte da sociedade detenha o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua autoconservação, um tempo de trabalho excedente a fim de produzir os meios de subsistência para o possuidor dos meios de produção. [...] No entanto, é evidente que em toda formação econômica da sociedade onde predomina não o valor de troca, mas o valor de uso do produto, o mais-trabalho é limitado por um círculo mais amplo ou mais estreito de necessidades, mas nenhum carecimento descomedido de mais-trabalho surge do próprio caráter da produção.¹⁹

É, portanto, a partir do capitalismo, que se dá o crescente processo de abstração do tempo, da atividade e do indivíduo, que marcam a modernidade. Em *O Capital*, Marx examina as tendências desse processo, sobretudo quando do desenvolvimento das condições de apropriação da mais-valia relativa.

A centralidade do tempo na reflexão de Marx se marca pela definição do animal de carga como o indivíduo que não tem tempo para seu próprio desenvolvimento e tem a sua atividade aviltada, tornada apêndice da máquina, perdendo assim os caracteres essenciais do gênero humano, a atividade livre e consciente. Dada essa condição, o que o autor nos indica é a tendência do capital a capturar todo o tempo da existência humana, perpassando-o pelo crivo da mercadoria. Para Marx o tempo é um único, que

¹⁹ MARX, 2013, p. 309

não se divide em autêntico e inautêntico, mas sim que conjuga e unifica a vida dos indivíduos tais como se encontram em condições particulares em sua existência concreta na vida social. Observa o autor: “O próprio tempo de trabalho imediato não pode permanecer na oposição abstração ao tempo livre – tal como aparece desde o ponto de vista da economia burguesa.”²⁰

Nesse sentido, a emancipação humana passa pela emancipação em relação ao trabalho, tendo como condição imprescindível a diminuição da jornada de trabalho, mas mais do que isso, essa emancipação é também a emancipação do trabalho em relação à sua subsunção ao capital, resgatando o seu sentido ontológico.

Partimos da indicação de Marx da tendencialidade, própria da dinâmica capitalista, do implodir da medida do tempo socialmente necessário como medida do valor, o que levaria a teoria do valor-trabalho à sua própria extinção histórica, na medida em que essa teoria é o reconhecimento ideal de uma situação social circunscrita à sociedade capitalista.

Quanto mais se desenvolve essa contradição, mais se evidencia que o crescimento das forças produtivas não pode ser confinado à apropriação do trabalho excedente alheio, mas que a própria massa de trabalhadores tem de se apropriar do seu trabalho excedente. Tendo-o feito – e com isso o “tempo disponível” deixa de ter uma existência contraditória –, então, por um lado, o tempo necessário de trabalho terá sua medida nas necessidades do indivíduo social, por outro, o desenvolvimento da força produtiva social crescerá com tanta rapidez que, embora a produção seja agora calculada com base na riqueza de todos, cresce o tempo disponível de todos. Pois a verdadeira riqueza é a força produtiva desenvolvida de todos os indivíduos. Nesse caso, o tempo de trabalho não é mais de forma alguma a medida da riqueza, mas o tempo disponível.²¹ 590-591.g

Só que essa tendência, exposta nos *Grundrisse*, tem que ser pensada no movimento total do capital, tal como o autor a pensa no livro III de *O Capital*, em conjunção com as contra-tendências em relação ao decréscimo da taxa de lucro. Diferentemente de uma leitura teleológica da história de caráter hegeliano, essa possibilidade, gerada na própria lógica contraditória do capital se insere em uma perspectiva dialética que pode não levar imediatamente a uma superação.

Essa possibilidade histórica, ao ser negada, acaba produzindo uma reprodução do mesmo, cujo engessamento na reafirmação, já anacrônica, da forma da riqueza social

²⁰ MARX, 2011, p. 594.

²¹ MARX, 2011, p. 590-1

como mercadoria, leva à necessidade de uma superprodução por um lado e do desemprego pelo outro, ao aumento da miséria, e a uma cada vez mais crescente penetração dos imperativos do capital na capilaridade da vida cotidiana.

Não levando a um controle consciente e racionalizado da divisão do trabalho e da produção, que possa redefinir a riqueza social não mais na forma da mercadoria, resta ao capitalismo administrar esse fenômeno a favor de sua reprodução.

Como Marx observa, há uma “transposição das forças produtivas sociais do trabalho em propriedades objetivas do capital”²². E é no contexto restrito dessa transposição que transcorre o drama de reproduzir o mesmo, quando a força social se encontra exatamente no trabalho social enquanto intelecto geral.

O capital fixo revela em que medida o conhecimento social foi convertido em força produtiva e apropriado pelo capital. O que é produção do intelecto geral, a riqueza social na sua forma de ciência, é apropriada pelo capital e apresentada como obra do capital. Nesse contexto, diante da diminuição do tempo socialmente necessário, e, portanto, do valor da mercadoria unitária, resta a superprodução que unifica a extração da mais-valia absoluta e relativa. Ou seja, em vez de tempo livre para a classe trabalhadora, tem-se novas formas de exploração e precarização das condições de trabalho e salário, mantendo-as sob a ameaça do desemprego estrutural.

E para que esse excesso de produção escoe, avança-se sobre o tempo livre no sentido de torná-lo tão somente tempo de consumo e lazer administrado. Processo pelo qual se estende o jugo da sociabilidade capitalista, domesticando corpos e mentes, integrando os indivíduos de forma quase espontânea a um modo de vida que divide o tempo em tempo do trabalho, o mal necessário que nos desumaniza, e o momento da *happy hour*, quando se pode, enfim, ser humano.

Esse momento, que se torna mais visível no século XX, leva ao reconhecimento da inautenticidade da vida como um ponto em comum nas filosofias contemporâneas, embora o tratamento reservado a essa questão se diferencie. A compreensão desse fenômeno se encontra alicerçada no esclarecimento do desenvolvimento do capital que Marx oferece. Recordamos aqui a passagem de Marx em *O Capital* em que diz que, após os processos de violência extra-econômica que estão na origem da acumulação primitiva, a própria dinâmica econômica, juridicamente regulamentada, é suficiente para reproduzir as relações de produção.

²² MARX, 2004, p. 131.

O momento que Marx já observa, a da subsunção real do trabalho ao capital, e que se consolida na contemporaneidade, se caracteriza por uma outra forma de coação que se acrescenta à esta coação puramente econômica, também aparentemente não violenta, que se espraia entre os meandros da vida cotidiana, na forma de uma rotina naturalizada (Abercrombie, Hill e Turner dirão de um momento pós-ideológico, no qual a reprodução da vida social se dá automaticamente), que não oferecendo perspectivas alternativas, vicia a vivência imediata dos indivíduos a partir da conformação às possibilidades de realização do humano em meio a essa forma de vida. É como se o giro sobre si mesmo do processo capitalista que não aponta para uma saída, se reproduzisse cotidianamente em cada vida individual, no giro sobre si mesmo que a reproduz de forma coisificada, previsível, sem um para além de si mesmo. A amarra do tempo se verifica em um paralelismo entre o macro e o micro.

A apreensão desse fenômeno encontra em muitas das formulações filosóficas contemporâneas uma resposta equivocada na medida em que a incompreensão da gênese de tal fenômeno leva à aceitação e naturalização do trabalho em sua subsunção real ao capital como condição ontológica e eterna do trabalho, diante da qual só restaria o resgate de uma temporalidade autêntica abrigada na vivência subjetiva.

A abstração do tempo, reduzido ao mensurável, medida concreta do trabalho abstrato, a abstração da atividade na forma do trabalho abstrato, e a abstração do indivíduo como força de trabalho. A permanência desse imbróglio, para além da possibilidade social de sua superação, engessa o tempo histórico, reproduzindo o mesmo, qual seja, a forma da riqueza social como mercadoria, com suas consequências desastrosas. E exige, como afirma Mézaros, do ponto de vista ideológico e prático, a suspensão do tempo, a afirmação do presente como única dimensão temporal.

Recuperar o texto marxiano para o debate sobre o ser e o tempo é, como diz Bensaid, compreender *O Capital* como uma reflexão sobre a temporalidade do capital.

Ele diz do livro I como o momento do tempo roubado, extorquido nas galerias subterrâneas da produção, do livro II como o das metamorfoses da mercadoria, como o do tempo negativo da circulação, que realiza o valor pela aceleração de suas rotações, e do livro III, o da reprodução global, como o tempo vivo dos conflitos e das crises.

Assim finalizamos com uma fala do autor:

Não basta opor a qualidade das estações e dos dias à morna indiferença dos relógios e das moedas. A crítica do tempo homogêneo e vazio divide-se entre uma crítica psicológica e

estética, atenta dos vividos da duração, e uma crítica social que implica uma revolução conceitual do tempo.²³

Referências bibliográficas

- ABERCROMBIE, N./HILL, S./TURNER,B. *The Dominant Ideology Thesis*. George Allen & Unwin, 1984
- BENSAID, D. *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BIDET, J. Miséria na filosofia marxista: Postone leitor do Capital. *Revista Crítica marxista*, n.41, São Paulo, 2015, pp 9-49.
- BORGES NETO, J.M. Valor e esgotamento do capitalismo nos Grundrisse. In PAULA, J.A.(org). *Ensaio geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p.161-174.
- HEIDEGGER, M. *Introdução à metafísica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.
- MARX, K. *Miséria da filosofia* – resposta à "Filosofia da Miséria" do senhor Proudhon. São Paulo: Global, 1985.
- MARX, K. *Salário, preço e lucro*. São Paulo: Centauro, 2003.
- MARX, k. *Capítulo VI inédito de O Capital*. São Paulo: Centauro, 2004.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. *O Capital* livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- POSTONE, M. *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

²³ BENSAID, 1999, p. 125.